



SIMULADO SEMESTRAL 2016.2

EXTENSÃO JOAÇABA

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas **70** questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo **70** questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de sua opção.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida depois de transcorridas 1 (uma) hora do início da prova. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 2 de dezembro de 2016, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 4 de dezembro de 2016, às 23 horas, é a data limite para o envio de recursos da prova semestral. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

BOA PROVA!

Florianópolis, 2 de dezembro de 2016



DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Em relação ao Poder executivo é correto afirmar:

- a) Os crimes de responsabilidade do Presidente da República são aqueles que atentam contra a Constituição Federal, sendo seu julgamento de natureza política por parte do Senado Federal.
- b) A eleição do Presidente da República não importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
- c) Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
- d) Compete privativamente ao Presidente da República vetar projetos de emenda constitucional, total ou parcialmente.

02. Sobre as alternativas abaixo, é correto afirmar:

- a) O critério racial não pode ser tomado pela lei como fator de tratamento diferenciado entre os brasileiros.
- b) O princípio da isonomia pressupõe a igualdade.
- c) O estrangeiro, no Brasil, não é titular de direitos fundamentais.
- d) Pessoas jurídicas podem ser titulares de direitos fundamentais.

03. Em regra, as Comissões de Constituição e Justiça estão aptas a exercer o controle:

- a) preventivo da constitucionalidade das leis, pela via difusa.
- b) preventivo da constitucionalidade das leis.
- c) repressivo da constitucionalidade das leis, pela via difusa.
- d) repressivo da constitucionalidade das leis, pela via concentrada.

04. Em relação as competências federativas é correto afirmar:

- a) No exercício da competência exclusiva a união poderá aos Estados a totalidade do exercício da competência.
- b) A competência legislativa da União engloba a capacidade de criar leis ou atos administrativos concretos, com a aprovação do Congresso Nacional.
- c) **No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais, não excluindo a competência suplementar dos Estados.**
- d) Aos Estados competente legislar sobre assuntos de interesses local.

05. Assinale a alternativa correta:

- a) **O caráter ilimitado e incondicionado do poder constituinte originário precisa ser visto com temperamentos, pois esse poder não pode ser entendido sem referenda aos valores éticos e culturais de uma comunidade política e tampouco resultar em decisões caprichosas e totalitárias.**
- b) O poder constituinte originário surge em momentos que existam rupturas institucionais, sendo que sua formação se dá conforme o previsto na Constituição anterior e sua atuação fica condicionada somente aos limites sociais que orientam como deverá ser o texto da nova Constituição.
- c) As cláusulas pétreas são consideradas limitações materiais ao poder constituinte originário e derivado, tendo como principal intuito manter o núcleo dos princípios e valores da constituição, permitindo sua alteração apenas em momentos excepcionais.
- d) As emendas constitucionais possuem um processo especial de elaboração, sendo que devem ser votadas em dois turnos de três quintos e cada casa e ter a sanção do presidente da república.



06. Nomeie, com alusão à defesa do Estado e das instituições democráticas, a opção válida:

- a) o estado de defesa, da mesma forma que o estado de sítio, só poderá ser decretado, pelo Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional;
- b) constituem pressupostos para a decretação do estado de sítio a comoção grave de repercussão nacional, a ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa e a declaração do estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira;**
- c) o tempo de duração do estado de defesa e do estado de sítio não poderá ser superior a 30 (trinta) dias improrrogáveis;
- d) os atos praticados pelo executor da medida, durante o estado de defesa, não estão sujeitos, de vez que resultantes da instauração de um sistema de legalidade extraordinária, a controle judicial;

07. Em relação as medidas provisórias é correto afirmar:

- a) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria reservada a lei ordinária.
- b) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.**
- c) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- d) A Constituição não estabelece limite a reedição de medidas provisórias.

08. As normas constitucionais não têm todas a mesma possibilidade de aplicação. Há uma divisão quanto a esta qualidade. E, dentre as normas, existem as que são classificadas como normas de eficácia limitada, que ficam dependentes de uma normatização posterior. Estas são as denominadas normas programáticas que estabelecem vetores programáticos à existência do Estado. Sendo assim, é possível afirmar:

- a) As normas programáticas são próprias das constituições flexíveis, posto que dependentes de legislação infraconstitucional, e passíveis de alteração pela forma ordinária.
- b) As normas constitucionais programáticas não podem fundamentar um processo de controle de constitucionalidade normativa, posto que sua eficácia relativa não lhe confere status de norma constitucional.
- c) As normas constitucionais programáticas necessitam de outras normas, de nível inferior, para poderem produzir seus efeitos; e assim perdem sua natureza de normas constitucionais, por sua dependência de regulamentação infraconstitucional, pois só a partir daí é que podem incidir.
- d) Todas as normas constitucionais, independentemente de seu grau de eficácia, inclusive as denominadas normas programáticas, têm natureza constitucional e servem de parâmetro para fundamentar um processo de controle da constitucionalidade de leis ou atos normativos.**

09. Assinale a alternativa correta:

- a) Os princípios são espécies de normas jurídicas com elevado caráter de abstração, enquanto as regras, apesar de possuírem um conteúdo mais claro, não são consideradas normas jurídicas.
- b) As normas constitucionais de eficácia limitada e princípio institutivo são aquelas que nascem com eficácia reduzida, necessitam de uma legislação posterior para restringir seus efeitos e estão relacionadas a organização de funções estatais e aos direitos fundamentais de igualdade e liberdade.
- c) Na moderna doutrina constitucional os princípios e as regras são considerados como espécies de normas jurídicas, tendo os princípios um elevado grau de abstração e**



estabelecem a idéia de direito, enquanto as regras são mais concretas, nascem dos princípios e tem a função de concretizá-los.

d) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que nascem com eficácia reduzida, necessitam de uma legislação posterior para restringir seus efeitos e estão relacionadas aos direitos fundamentais de igualdade e liberdade.

10. Indique com a alternativa correta:

O TRF da 1ª Região, em Brasília, suspendeu anteontem à noite a liminar que determinava que professores de universidades federais e funcionários da Providência voltassem ao trabalho em 24 horas. (...) O despacho do juiz-presidente do TRF, Tourinho Neto, diz que a Constituição federal garante o direito de greve aos servidores públicos, condicionando aos limites de lei específica. Segundo Tourinho Neto, como depois de 13 anos a lei que regulamenta o direito de greve não foi editada, ao proibir a paralisação, a vontade da Constituição está sendo desrespeitada. "A eficácia da norma constitucional não pode depender de uma norma hierarquicamente inferior e que nunca é editada".. (Folha de São Paulo, domingo, 18/11/2001, p. A-05).

Os argumentos expendidos pelo juiz acerca da eficácia da norma constitucional que garante o direito de greve permite concluir, tendo em conta o tema da eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais e utilizando-se a tipologia de José Afonso da Silva, que desde o ponto de vista desse magistrado:

a) trata-se de norma de eficácia contida que está apta a produzir efeitos enquanto não for restringida ou revogada pelo legislador.

b) trata-se de norma de eficácia plena, restringível pelo legislador, vez que o dispositivo da constituição determina que "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar".

c) trata-se de norma de eficácia plena e aplicabilidade direta, imediata e integral.

d) trata-se de norma de eficácia limitada, vez que o legislador pode restringir seus efeitos, e o exercício do direito de greve deve aguardar a legislação específica.

DIREITO CIVIL

11. Pedro, maior, casado, empresário sofreu um acidente de carro na semana passada e encontra-se em estado de coma no hospital. Os médicos não possuem condições de precisar quando o quadro clínico apresentado melhorará. A esposa de Pedro, Maria, poderá requerer:

a) O processo de tomada de decisão apoiada, a fim de que possa auxiliar o marido a tomar as melhores decisões acerca de sua vida pessoal e profissional.

b) Procedimento de curatela, que o conduzirá à incapacidade relativa, com a designação de Maria como curadora para assistir Pedro de forma a preservar seus interesses.

c) Procedimento de curatela, que o conduzirá à incapacidade absoluta, com a designação de apoiador para representar Pedro de forma a preservar seus interesses.

d) Interdição para que Pedro seja reconhecido como absolutamente incapaz e possa ser representado por Maria enquanto nessa condição se encontrar.

12. Sobre a cessação da incapacidade, é correto afirmar:

a) Pode ser feita pelos pais a pedido do filho a qualquer momento, ainda que tenha menos que 16 anos.

b) Se o menor de idade se julgar maduro o suficiente ele mesmo pode solicitar, por vias judiciais, que seus pais concedam sua emancipação.



- c) A cessação da incapacidade começa com os 18 anos completo, porém, essa capacidade de natureza civil não deve ser confundida com a disciplinada em leis especiais, como a capacidade eleitoral, que hoje se inicia, facultativamente, aos 16 anos.
- d) A única forma de cessar a incapacidade é através da maioridade.

13. Nas obrigações alternativas àquele a quem é atribuído o poder de escolha pelo objeto da prestação pode optar por um entre os vários objetos da prestação, estando assim, ao final, satisfeita tal obrigação. Nas obrigações alternativas

- a) Quando a escolha cabe ao credor e um dos objetos da prestação tornar-se impossível sem culpa do devedor, subsistirá o débito somente quanto à outra.
- b) Se todas as prestações tornarem-se impossível ainda que sem culpa do devedor, este deverá responder por perdas e danos sobre o valor daquela que o credor escolher.
- c) Quando a escolha couber ao credor e uma das prestações se tornar impossível por culpa do devedor ele terá direito ao objeto remanescente e mais perdas e danos, não podendo, por óbvio, optar pela prestação impossível.
- d) Quando a escolha pertencer ao devedor e todas as prestações tornarem-se impossíveis ainda que por culpa sua, resolve-se a obrigação.

14. Sobre os efeitos da posse no que tange às benfeitorias, assinale a alternativa incorreta:

- a) o possuidor de boa-fé tem direito a ser indenizado pelas benfeitorias necessárias e úteis.
- b) o possuidor de boa-fé tem direito de retenção caso não receba indenização das benfeitorias necessárias e úteis.
- c) as benfeitorias compensam-se com os danos produzidos pelo possuidor.
- d) o possuidor de má-fé não tem direito à indenização das benfeitorias que realizou no bem.

15. Qual das alternativas abaixo elenca as afirmativas corretas?

1. Presumem-se comuns os bens móveis no casamento sob o regime da comunhão parcial de bens, salvo prova em contrário.
 2. No regime de comunhão universal de bens, os bens recebidos por doação ou herança sempre entram para comunhão.
 3. No pacto antenupcial no qual os nubentes estabelecem o regime de participação final nos aquestos, é possível estabelecer a dispensa do consentimento do cônjuge para prestar fiança ou aval.
 4. No pacto antenupcial no qual os nubentes estabelecem o regime de participação final nos aquestos, é possível estabelecer a dispensa do consentimento do cônjuge para alienação dos bens imóveis quando forem particulares.
 5. As benfeitorias realizadas nos bens imóveis particulares de um cônjuge não são consideradas comuns no regime de comunhão parcial de bens.
- a) 1, 3, 4 e 5.
- b) 1, 4 e 5.
- c) 1 e 4.
- d) 1, 3 e 4.

16. Quanto à usucapião, assinale a alternativa incorreta:

- a) a sentença de usucapião tem natureza declaratória.
- b) a aquisição da propriedade pela usucapião se concretiza no preenchimento dos requisitos legais, podendo ser utilizada como matéria de defesa em ação real que discuta a propriedade sobre o bem.



- c) no novo CPC admite a usucapião extrajudicial mas para isso é necessário obter a assinatura dos titulares dos direitos reais sobre o bem.
d) a usucapião de bem imóvel por abandono de lar só aplica a cônjuges, não se estendendo a companheiros.

17. O contrato de seguro de vida é um excelente exemplo de relação contratual que envolve terceiro alheio inicialmente à contratação feita pelos contratantes originários. Tal relação contratual é conhecida como estipulação em favor de terceiro que acaba por relativizar qual dos princípios contratuais abaixo:

- a) *Venire contra factum proprium*
b) Consensualismo
c) *Pacta sunt servanda*
d) Relatividade dos contratos

18. Quanto à concorrência do cônjuge na sucessão do outro, estão corretas as afirmativas:

1. Em concorrência com os descendentes só do autor da herança, o cônjuge terá direito a uma quota igual à dos que sucederem por cabeça e direito próprio.
2. Em concorrência com os ascendentes do falecido, seu cônjuge terá direito a uma quota de 1/3, se concorrer com os ascendentes de primeiro grau, ou uma quota de 1/2, se houver só um desses ou o grau for maior.
3. O cônjuge não concorre com os ascendentes do falecido, se casado com esse pelo regime da comunhão universal de bens.
4. O cônjuge concorre com os descendentes ou com os ascendentes do falecido, nos regimes de participação final nos aquestos, no regime de separação convencional de bens e, no regime de comunhão parcial, se o autor da herança tiver deixado bens particulares.
5. Concorrendo o cônjuge do falecido com descendentes comuns, tem direito o cônjuge a um quinhão de 1/4 da herança.

- a) 1, 2 e 3.
b) 1, 2 e 4.
c) 2, 4 e 5.
d) 2, 3 e 5.

19. Sobre a prodigalidade, é correto afirmar:

- a) Pródigo é a pessoa que deixa seu testamento pronto para não haver problemas entre seus familiares após sua morte.
b) É considerado pródigo aquele que, segundo o art. 1.767 CC, promove seu cônjuge como seu curador para que não sofra uma intervenção.
c) Pródigo é a pessoa que dissipa seu patrimônio.
d) Os atos de uma pessoa considerada pródigo não necessitam de um curador para que sejam considerados válidos, depois de haver sentença de interdição.

20. Estão incorretas as afirmações:

1. É passível de anulação o casamento realizado por procurador, desde que o mandante tenha revogado a procuração antes da celebração e não tendo havido coabitação posterior entre os cônjuges.
2. É nulo o casamento do incapaz de consentir e de manifestar de modo inequívoco seu consentimento.
3. O casamento nulo e o casamento anulável produzem efeitos que beneficiem o cônjuge de boa-fé e os filhos até a sentença anulatória.



4. Com o divórcio, o cônjuge que adotou o patronímico do outro é obrigado a voltar a usar o nome de solteiro.

5. A não realização da partilha dos bens comuns não impede a concessão do divórcio.

- a) 1, 2 e 3.
- b) 2, 4 e 5.
- c) 1, 2 e 4.
- d) 2 e 4.**

DIREITO PENAL

21. Assinale a assertiva CORRETA:

a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

c) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação.

d) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu o resultado, no todo ou em parte, mas não onde ocorreu a ação ou omissão.

22. Assinale a assertiva CORRETA, sobre a aplicação da lei penal em relação ao ordenamento jurídico brasileiro:

a) Desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direitos, as frações de mês.

b) O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum.

c) As regras gerais do Código Penal aplicam-se aos fatos incriminados por lei especial, mesmo que esta disponha de modo diverso.

d) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, apenas quando idênticas.

23. Assinale a assertiva INCORRETA:

a) Diz-se o crime tentado quando o agente voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza

b) Diz-se o crime consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

c) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

d) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

24. Assinale a assertiva CORRETA:

a) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, diminui a pena de um sexto a um terço.

b) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de dolo e o fato é punível como crime doloso.

d) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta o agente de pena.

a) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.



25. Assinale a assertiva INCORRETA:

- a) Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- b) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se
- c) Ocorre a exclusão da tipicidade, quando o agente pratica o fato em legítima defesa putativa.**
- d) Legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de um direito são excludentes de ilicitude previstas na Parte Geral do Código Penal brasileiro.

26. Assinale a assertiva INCORRETA:

- a) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.**
- b) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.
- d) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

27. Em relação ao trabalho do preso, é CORRETO afirmar:

- a) Em regime fechado, é vedado o trabalho externo do preso.
- b) O trabalho do preso será sempre remunerado, sendo-lhe garantidos os benefícios da Previdência Social.**
- c) No regime fechado, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
- d) Os condenados reincidentes não têm direito ao trabalho externo.

28. Assinale a assertiva CORRETA:

- a) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 3 (três) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.
- b) A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, vedada qualquer transferência a regime fechado.
- c) A pena de multa consiste no pagamento à vítima ou à uma entidade beneficente da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.
- d) A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável somente às condenações superiores a seis meses de privação da liberdade.**

29. É crime de mão-própria:

- a) Falso testemunho.**
- b) Corrupção ativa.
- c) Corrupção passiva.
- d) Homicídio.



30. Em relação ao crime de furto, é INCORRETA afirmar:

- a) Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.
- b) A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno.
- c) É crime complexo.**
- d) Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Acerca do Sistema Tributário Nacional, dos tributos e da legislação tributária, assinale a opção correta.

- I) As taxas, que não poderão ter base de cálculo própria dos impostos, podem ser instituídas em razão da utilização efetiva ou potencial do poder de polícia.
- II) Considere que uma instituição de assistência social, sem fins lucrativos, possua um imóvel, alugado a terceiro, que explora atividade mercantil. Nessa hipótese, desde que o aluguel recebido pela instituição de assistência social seja integralmente aplicado na sua atividade essencial, o referido imóvel está imune à incidência do IPTU.
- III) Considere que Maria, domiciliada no estado do Tocantins, pretenda doar seus bens a uma fundação com sede em São Paulo; o bem imóvel encontra-se localizado no estado do Rio de Janeiro e os bens móveis, no estado do Tocantins. Nessa hipótese, o imposto sobre doação de quaisquer bens ou direitos relativo aos bens de Maria será recolhido em favor do estado do Tocantins.
- IV) Deve ser interpretada de forma literal, em qualquer hipótese, a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário, outorga de isenção e infrações tributárias.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) As afirmativas I, III e IV estão incorretas.**
- c) Apenas a afirmativa IV está correta.
- d) As afirmativas II e IV estão incorretas.

32. Dentre os tributos abaixo, assinale aquela assertiva que contém apenas aqueles que podem ser instituídos pelos Municípios

- a) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição para o Custeio do regime de previdência de seus servidores; Taxas
- b) Contribuição de melhoria; Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP; Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis por ato Oneroso - ITBI**
- c) Imposto sobre Serviços – ISS; Contribuição de melhoria; Empréstimo Compulsório
- d) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

33. Laura, não-contribuinte do ICMS e com domicílio em Balneário Camboriú – SC, adquiriu, da sociedade empresarial Slim Ltda., com sede em São Paulo, por meio de contrato de compra e venda a contento, celebrado na filial localizada no estado de Santa Catarina, produtos para emagrecimento. A partir da situação hipotética acima e acerca da discriminação das rendas e da obrigação tributária, assinale a opção correta.

- a) Na situação descrita, se o produto tiver a sua saída da sede de São Paulo, mesmo que o**



negócio jurídico tenha sido celebrado no estado de Santa Catarina, incide o ICMS pela alíquota interna do estado de São Paulo.

- b) O domicílio tributário do contribuinte de direito, na hipótese, será necessariamente o estado de Santa Catarina, pois nele foi celebrado o negócio jurídico.
- c) Na hipótese de compra e venda a contento, há cláusula resolutiva, pelo que o fato gerador considerar-se-á ocorrido na data da celebração do negócio.
- d) Considerando-se que o referido produto de emagrecimento não tenha autorização para ser comercializado no Brasil, não haverá a incidência tributária na espécie.

34. No que se refere à Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário, aponte a alternativa incorreta:

- a) Na esfera administrativa, o depósito do crédito tributário, por ocasião de um recurso administrativo, não tem o efeito de suspender a sua exigibilidade, porque ela já foi suspensa pelo próprio recurso administrativo.
- b) No caso dos recursos administrativos, a exigibilidade do crédito tributário fica suspensa até que haja a primeira decisão, mesmo que sujeita a um eventual novo recurso.**
- c) Concedida a medida liminar em mandado de segurança, fica suspensa a exigibilidade do crédito tributário até que ocorra a decisão final.
- d) A inclusão do parcelamento entre as causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, por parte da Lei Complementar nº 104/2001, não constituiu novidade, pois ele sempre foi entendido como uma forma de moratória em caráter individual.

35. No que concerne ao Princípio da Capacidade Contributiva, escolha a alternativa certa:

- a) A Capacidade Contributiva Absoluta ou Objetiva exige que o legislador selecione, para a hipótese de incidência das normas tributárias dos impostos, bem como das taxas e da contribuição de melhoria, fatos que sejam reveladores de riqueza da parte de quem os pratica.
- b) A Capacidade Contributiva Relativa ou Subjetiva exige que o “quantum” do tributo seja proporcional às dimensões do fato jurídico tributário e às circunstâncias pessoais do sujeito passivo.**
- c) Dispõe de Capacidade Financeira qualquer indivíduo que detenha alguma riqueza; enquanto dispõe de Capacidade Econômica qualquer indivíduo que detenha liquidez em relação aos seus próprios recursos.
- d) Nos termos expressos do artigo 145, § 1º, da Constituição, deve-se tomar em conta, em matéria tributária, não a Capacidade Contributiva propriamente dita, nem a Capacidade Financeira, mas apenas a Capacidade Econômica.

36. Arlindo, Breno, Célio e Dilnei são irmãos e adquiriram um terreno em condomínio, para investimento. Cada um investiu R\$ 250.000,00 necessários para a aquisição do terreno no valor total de R\$ 1.000.000,00. Ocorre que o IPTU de 2014, no valor de R\$ 8.000,00 não foi pago e uma execução fiscal foi ajuizada pelo Município de Garopaba. Sobre esta situação fática frente aos débitos de IPTU, assinale a alternativa correta:

- a) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um sendo obrigado ao pagamento de R\$ 2.000,00 (25%)
- b) Caso Célio efetue o pagamento de R\$ 2.000,00, está liberado da solidariedade existente entre os devedores
- c) Os quatro irmãos serão sujeito passivo do IPTU, cada um obrigado ao pagamento da totalidade da dívida**
- d) Caso Dilnei seja titular de uma isenção concedida em caráter pessoal, não estará liberado da solidariedade com relação aos R\$ 6.000,00 restantes



37. Lukas, domiciliado em cidade do interior catarinense, é proprietário de imóvel residencial, que valia, em 2012, R\$ 200.000,00. Em 2013, esse imóvel passou a valer R\$ 240.000,00, em razão da obra pública realizada pela Prefeitura Municipal, e que resultou na referida valorização. A Prefeitura Municipal instituiu, lançou e cobrou contribuição de melhoria dos contribuintes que, como Lukas, tiveram suas propriedades valorizadas. O mesmo Município catarinense, a seu turno, com base em lei municipal, lançou e cobrou, em 2013, a taxa decorrente da prestação de serviço público de recolhimento de lixo domiciliar, tendo como fato gerador o recolhimento do lixo produzido individualmente, nos imóveis residenciais localizados naquele Município. O Município catarinense lançou e cobrou essa taxa de Lukas, em relação ao mesmo imóvel acima referido. Neste ano de 2015, Lukas recebeu uma excelente oferta pelo seu imóvel e está pensando em vendê-lo. Ocorre, porém, que não pagou a contribuição de melhoria lançada pela municipalidade, nem a taxa lançada pelo Município. Em razão disso, com base nas regras de responsabilidade por sucessão estabelecidas no CTN:

- a) O crédito tributário relativo à contribuição de melhoria não se sub-rogará na pessoa do adquirente, mas o relativo à taxa sim, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação.
- b) Tanto o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, como o relativo à taxa, se sub-rogarão na pessoa do adquirente, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação.
- c) Nem o crédito tributário relativo à contribuição de melhoria, nem o relativo à taxa, se sub-rogará na pessoa do adquirente.
- d) O crédito tributário relativo à contribuição de melhoria se sub-rogará na pessoa do adquirente, salvo se constar do título aquisitivo a sua quitação, mas o relativo à taxa não.

38. No que concerne ao Princípio da Capacidade Contributiva, escolha a alternativa certa:

- a) A Capacidade Contributiva Absoluta ou Objetiva exige que o legislador selecione, para a hipótese de incidência das normas tributárias dos impostos, bem como das taxas e da contribuição de melhoria, fatos que sejam reveladores de riqueza da parte de quem os pratica.
- b) A Capacidade Contributiva Relativa ou Subjetiva exige que o “*quantum*” do tributo seja proporcional às dimensões do fato jurídico tributário e às circunstâncias pessoais do sujeito passivo.
- c) Dispõe de Capacidade Financeira qualquer indivíduo que detenha alguma riqueza; enquanto dispõe de Capacidade Econômica qualquer indivíduo que detenha liquidez em relação aos seus próprios recursos.
- d) Nos termos expressos do artigo 145, § 1º, da Constituição, deve-se tomar em conta, em matéria tributária, não a Capacidade Contributiva propriamente dita, nem a Capacidade Financeira, mas apenas a Capacidade Econômica.

39. A empresa XYZ Comércio de Automóveis Ltda. alugou um imóvel na Av. das Flores Bonitas, onde antes estava estabelecida a empresa ABC Só Carros Luxuosos Ltda.. Esta última possui débitos de ICMS, referentes ao ano de 2014, na ordem de R\$ 15.000,00. Partindo destes fatos, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que corresponde corretamente à sujeição passiva tributária das empresas:

- I – o fato de a empresa XYZ alugar o imóvel onde antes estava localizada a empresa ABC não autoriza a responsabilidade tributária da empresa XYZ sucessão tributária;
- II – caso a empresa ABC deixe de funcionar, sem retomar as atividades dentro de seis meses, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;
- III – caso a empresa ABC permaneça em funcionamento mas em outro endereço, a



responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos da empresa ABC será solidária;

IV – caso a empresa ABC retome suas atividades após quatro meses e dezoito dias, a responsabilidade da empresa XYZ pelos débitos tributários será integral

- a) apenas a assertiva I está correta
- b) apenas as assertivas I, II e IV estão corretas
- c) apenas as assertivas III e IV estão corretas
- d) apenas as assertivas I, III e IV estão corretas

40. Sobre a obrigação tributária, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I – a existência de uma obrigação tributária acessória pressupõe a existência de uma obrigação tributária principal.

II – pagar IPTU não é uma obrigação tributária.

III – emitir nota fiscal é uma obrigação tributária.

IV – escriturar livros fiscais é uma obrigação tributária.

V – segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.

- a) apenas as alternativas I, e IV estão corretas.
- b) apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) apenas as alternativas II e V estão corretas.
- d) apenas as alternativas III e IV estão corretas.

DIREITO EMPRESARIAL

41. A Lei . 6.404/76 e suas alterações, disciplina o direito de voto do acionista. A respeito deste assunto, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O estatuto pode atribuir voto plural a qualquer classe de ações.
- b) A cada ação ordinária corresponde dois (dois) votos nas deliberações da assembleia geral.
- c) As ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.
- d) O estatuto não pode estabelecer limitações ao número de votos de cada Acionista.

42. De acordo com a Lei n. 6.404/76 e suas alterações, que trata da sociedade anônima, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os membros do Conselho de Administração não poderão ser eleitos para cargos de diretores.
- b) A administração da companhia competirá, conforme dispuser o estatuto, ao conselho de administração e à diretoria, ou somente à diretoria.
- c) O conselho de administração é um órgão obrigatório para todos os tipos de sociedades, quer de capital fechado ou de capital aberto.
- d) Poderão ser eleitos para membros dos órgãos de administração pessoas naturais, devendo os membros do conselho de administração ser acionistas e os diretores residentes no País, acionistas ou não.

43. De acordo com a Lei n. 11.101/05 e suas alterações, que trata da recuperação e falência da empresa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O plano de recuperação será apresentado pelo devedor em juízo no prazo improrrogável de



120 (cento e vinte) dias da publicação da decisão que definir o processamento da recuperação judicial, sob pena de convocação em falência.

b) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 90 (noventa) dias para o pagamento, até o limite de 5 (cinco) salários mínimos por trabalhador, dos créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao pedido de recuperação judicial.

c) O devedor poderá desistir do pedido de recuperação judicial após o deferimento de seu processamento.

d) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a 1 (um) ano para o pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data do pedido de recuperação judicial.

44. Com referência a falência da empresa, nos termos da Lei n. 11.101/05, assinale a alternativa CORRETA:

a) Os créditos derivados da legislação do trabalho e os decorrentes de acidentes de trabalho, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, prevalecem a todos os demais créditos, na falência.

b) Os créditos extraconcursais serão pagos com precedência sobre os créditos concursais, no processo falimentar.

c) Os créditos quirografários prevalecem a todos os demais créditos, na falência.

d) Os créditos tributários, independentemente da sua natureza e tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, prevalecem aos créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado, na ordem de pagamento dos créditos na falência..

45. A Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), trata do Direito de Empresa. Leia as afirmativas abaixo e assinale a CORRETA:

a) A administração da sociedade, nada disposta no contrato social, compete conjuntamente a todos os sócios.

b) O contrato social pode, como forma de disciplinar direitos e deveres dos sócios, estipular, em cláusula específica, a exclusão do direito de qualquer sócio participar dos lucros ou das perdas.

c) Não podem ser administradores, além das pessoas impedidas por lei especial, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as relações de consumo, até a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação.

d) O sócio, admitido em sociedade já constituída, se exime das dívidas sociais anteriores à admissão.

46. Sobre o direito societário, de que trata a Lei n. 10.406/2002 (Código Civil), assinale a alternativa CORRETA:

a) Na sociedade em conta de participação, sociedade não personificada, o contrato social produz efeito somente entre os sócios, e a eventual inscrição de seu instrumento em qualquer registro não confere personalidade jurídica à sociedade.

b) A sociedade cooperativa é uma sociedade empresária, na qual o sócio pode transferir suas quotas do capital social a terceiros estranhos à sociedade e até mesmo por herança.

c) Na sociedade em nome coletivo, sociedade institucional, pessoas físicas e pessoas jurídicas podem tomar parte na sociedade e todos respondem limitadamente pelas obrigações sociais.

d) Na sociedade em comum, sociedade personificada, os sócios, nas relações entre si, podem provar a existência da sociedade por qualquer meio de provas



47. De acordo com o Código Civil – Lei n. 10.406/2002, que trata da sociedade limitada, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Na sociedade limitada, as deliberações dos sócios, serão tomadas em reunião ou em assembleia, conforme previsto no contrato social, devendo ser convocadas pelos administradores nos casos previstos em lei ou no contrato. A deliberação em assembleia será obrigatória se o número de sócios for dez (10).
- b) Na sociedade limitada, a regência supletiva pelas normas da sociedade anônima, independe de previsão no contrato social.
- c) Na sociedade limitada, o capital social divide-se em quotas iguais e desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio e a quota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência.
- d) Na sociedade limitada, independentemente se o capital social estiver totalmente integralizado ou não, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas.

48. Segundo a legislação pertinente, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes, definidos no ato constitutivo.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.
- c) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, à requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, com os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- d) Faculta-se ao cônjuge contratar sociedade, entre si ou com terceiros, independentemente do regime de casamento.

49. De acordo com a Lei nº 5.474/68, que trata sobre a duplicata, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A perda ou extravio da duplicata obrigará o vendedor a extrair triplicata, que terá os mesmos efeitos e requisitos e obedecerá às mesmas formalidades daquela.
- b) O Registro de Duplicatas deverá ser sempre no Livro de Registro de Duplicatas, não podendo ser substituído por qualquer sistema mecanizado.
- c) A duplicata é protestável por falta de aceite, de devolução ou pagamento.
- d) As empresas individuais ou coletivas, fundações ou sociedades simples, que se dediquem à prestação de serviços poderão, também, na forma desta lei, emitir fatura e duplicata.

50. De acordo com a Lei nº 7.357/1985, que trata sobre o cheque, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O cheque não admite aceite, considerando-se não escrita qualquer declaração com esse sentido.
- b) Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque,
- c) O cheque é emitido contra banco ou instituição financeira que lhe seja equiparada, sob pena de não valer como cheque.
- d) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.



JUIZADOS ESPECIAIS

51. O autor tem uma demanda para propor, para rescindir contrato pelo qual afirmou ter se associado a dois outros indivíduos em um empreendimento. Alegou descumprimento por parte destes. Pagou R\$ 20.000,00 para se associar, e mais R\$ 9.000,00 em parcelas já quitadas de integralização de capital. Além disso, no período seriam devidos R\$ 3.500,00 em lucros do período. Os valores foram todos atualizados monetariamente para a propositura da demanda, tendo resultado nisso acima referido. Não houve notificação extrajudicial prévia da pretensão de rescisão. Nesse passo, com relação ao valor da causa e reflexos para a Lei nº 9.099/95, está CORRETO afirmar:

- a) Os pedidos somados atingem R\$ 32.500,00, valor de alçada completo de 40 SM atuais, por isso, o que houver de juros legais e correção monetária a partir da propositura da demanda está automaticamente renunciado pelo teto do Juizado.
- b) Se houvessem juros e correção incidentes antes da propositura, não seria necessário renunciá-los, pois a regra só se aplica ao principal, não aos encargos.
- c) Apenas o pagamento principal (R\$ 20.000,00) está sujeito à alçada.
- d) A partir da propositura da demanda, estando no momento dela adstrito o valor ao teto do Juizado, incidem normalmente correção monetária e juros legais, não estando renunciados.

52. A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte é condição de legitimidade para o rito a ser verificada quando da propositura da demanda. Faltando documento, intima-se para que se o traga até o dia da sessão conciliatória. Sobre o tema, é CORRETO AFIRMAR:

- a) Para comprovar que é ME ou EPP, basta que se junte o cartão de CNPJ da empresa em que conste ao lado da razão social ou nome de fantasia as partículas ME ou EPP.
- b) A condição de ME ou EPP é estática, portanto, basta que haja um documento de qualquer ano desde sua fundação para que esteja comprovada a condição.
- c) A declaração de próprio punho do empresário de que é microempresário ou que sua empresa é de pequeno porte é suficiente para demonstração fora de dúvida a respeito da condição de ME ou EPP.
- d) A condição de ME ou EPP é dinâmica, portanto, um documento datado deste ano, demonstrando a vinculação ao Simples Nacional (privativo de ME ou EPP), ou o extrato do imposto de renda declarado demonstrando o faturamento do ano anterior é o que demonstra que - para este exercício fiscal - a empresa é, por seu faturamento do ano anterior, ME ou EPP, podendo assim litigar no polo ativo perante a Lei nº 9.099/95.

53. No dia 27/3/2015, a publicação digital Consultor Jurídico trouxe texto com a seguinte manchete “Recurso Extraordinário de juizado especial cível é exceção no Supremo”. Colaciono aqui dois excertos da notícia: “[...] Recursos Extraordinários contra decisões de juizados especiais cíveis estaduais só devem ser admitidos em situações extremamente excepcionais, quando o requisito da repercussão geral estiver justificado com indicação detalhada das circunstâncias concretas e dos dados objetivos que evidenciem a relevância do tema. Foi o que definiu o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal em três casos relatados pelo ministro Teori Zavascki. [...] Até 2014, a repercussão geral contra decisões desses juizados foi reconhecida em apenas nove casos, que dizem respeito a expurgos inflacionários, competência legislativa sobre relação de consumo, responsabilidade civil de provedor de conteúdo na internet e aspectos processuais relativos ao funcionamento dos juizados. ‘Não se pode eliminar por completo a possibilidade de existir matéria constitucional dotada de repercussão geral, mas isso não abala a constatação de que a quase totalidade dos milhares de recursos extraordinários interpostos nessas causas não



trata de matéria constitucional com qualificado significado de repercussão geral a ensejar a manifestação do STF', avaliou Zavascki. Com informações da Assessoria de Imprensa do STF." Nesse contexto e considerando o mais que foi tratado em sala de aula e também os Enunciados do Fonaje, é CORRETO afirmar:

- a) É corriqueiro e instância recursal natural que sejam aceitos Recursos Extraordinários vindos dos Juizados Especiais, não havendo ao recebê-los o mesmo rigor na jurisprudência defensiva do Supremo Tribunal Federal, e nos demais requisitos para um RE vindo da Justiça Comum.
- b) Dadas as reduzidas hipóteses de recurso no Sistema de Juizados Especiais, o Supremo Tribunal Federal apreciará no RE também matéria não puramente constitucional ou em tese.
- c) Contra decisões das Turmas Recursais é cabível o Recurso Extraordinário, inobservando os requisitos para tanto.
- d) Nos Juizados Especiais, não são cabíveis embargos declaratórios contra acórdão ou súmula na hipótese do art. 46 da Lei nº 9.099/1995, com finalidade exclusiva de prequestionamento, para fins de interposição de Recurso Extraordinário.

54. Quanto ao procedimento dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a afirmativa incorreta.

- a) No âmbito da Lei 9099/95, é possível a formulação de pedido oralmente.
- b) Não é possível a citação editalícia.
- c) É cabível a realização de inspeção em pessoas ou coisas.
- d) Não se admitirá reconvenção nem a formulação de pedido genérico.

55. Sobre as instâncias recursais previstas constitucionalmente para os Juizados Especiais Cíveis dos Estados, é ERRADO afirmar:

- a) O Superior Tribunal de Justiça não está ordinariamente na sequência das instâncias recursais originalmente previstas, passando por ele os recursos em geral.
- b) O Supremo Tribunal Federal não faz parte da estrutura recursal para apreciação ordinária das demandas submetidas aos JECív.
- c) As Turmas Recursais, que podem ser entendidas como 2ª instância original dos Juizados Especiais Cíveis dos Estados, são compostas por Magistrados em exercício no 2º Grau de Jurisdição.
- d) Os Tribunais de Justiça dos Estados não estão ordinariamente investidos de jurisdição sobre os Juizados Especiais Estaduais.

56. Sobre os métodos de resolução adequada de disputas, tendo em vista também a Política Nacional de Mediação e Conciliação, capitaneada pelo Conselho Nacional de Justiça, é INCORRETO afirmar:

- a) Se aplica aos Juizados Especiais, mesmo que tenham sistema conciliatório próprio, podendo se utilizar dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos (CEJUSC) preconizados pela Resolução do CNJ a respeito desse tema.
- b) O uso de técnicas de Transação visa empoderar as partes para substituir a decisão impositiva do Estado-Juiz pela composição.
- c) Encoraja o desenvolvimento da conciliação e da mediação no âmbito de processos já judicializados, mesmo no sistema dos Juizados Cíveis.
- d) Trata-se de estudo unidisciplinar, que afasta das audiências saberes de outras áreas do saber, como a matemática, técnicas de vendas, neurolinguística, psicologia, administração.

57. Sobre a atividade do Conciliador, nos Juizados Especiais Cíveis, é CORRETO afirmar:

- a) O Conciliador deve ser exclusivamente Bacharel em Direito, e é impedido de ter inscrição



ativa no quadro da OAB.

b) Conciliador e Juiz Leigo são figuras de idêntico conceito jurídico e requisitos, podendo se utilizar a designação de um pela de outro sem quaisquer problemas jurídicos de identificação.

c) Para a instrução processual, o Conciliador atua como coletor de prova, suas decisões interlocutórias precluem e não podem ser revistas pelo Magistrado no momento da homologação da proposta de decisão à lide (sentença).

d) Nenhuma das anteriores.

58. Sobre o polo passivo nos Juizados Especiais Cíveis, considerando o que foi tratado em sala de aula e também os Enunciados do Fonaje, atente para a seguinte situação hipotética: Lei Estadual propôs que as empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado e dos Municípios podem ser demandadas nos Juizados Especiais Cíveis. Diante disso, é CORRETO afirmar:

a) Dado o Enunciado nº 3 do Fonaje (“Lei local não poderá ampliar a competência do Juizado Especial”), as sociedades de economia mistas estaduais e municipais não poderão residir em polo passivo no JECív.

b) Dado o art. 8º da Lei 9099/95 (“Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil”), não ocorrerá de tais entidades serem réus no Juizado Especial Cível.

c) O Ministério Público oficiará obrigatoriamente nos processos decorrentes da aplicação da lei estadual hipotética referida (*ex vi* do Lei nº 9099/95, art. 11).

d) Conquanto não seja dado ao Estado legislar a respeito, observa-se pela redação da Lei 9099/95 que não houve vedação para que esses entes fossem demandados perante o Juizado Cível, de modo que mesmo sem ela é possível direcionar ações a tais entes no JECív.

59. Sobre as Turmas Recursais dos Juizados Especiais em Santa Catarina, é CORRETO:

a) Estruturalmente, a Turma Recursal é composta por 3 Juizes de 1º Grau.

b) Estruturalmente, a Turma Recursal é composta por 4 Magistrados, e em composição de julgamento, conta com 3 Juizes de 1º Grau.

c) É possível um Desembargador Substituto compor uma Turma Recursal, observada a legislação federal em cotejo com a normatização catarinense.

d) É possível o membro da Turma ser efetivo em cargo permanente, mesmo havendo previsão em Lei Federal (Lei nº 12.153/2009) de que o exercício de cargo de Juiz de Turma Recursal se dá em mandato de dois anos.

60. Quanto aos recursos das sentenças nos Juizados Especiais Cíveis, é INCORRETO afirmar:

a) caberão embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.

b) terão, em regra, efeito devolutivo e suspensivo.

c) as partes, na fase recursal, serão obrigatoriamente representadas por advogado.

d) serão julgados por uma turma composta por três juizes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.

LINGUA PORTUGUESA

61. Em qual das opções abaixo há apenas palavras grafadas de acordo com a nova ortografia da língua portuguesa?

a) infraestrutura – micro-ônibus – autosserviço



- b) infra-estrutura – microônibus – auto-serviço
- c) infraestrutura – microonibus – autoserviço
- d) infra-estrutura – microonibus – auto-serviço

62. Complete as lacunas com o pronome adequado:

- 1) “_____ documento que tens à mão é importante, Pedrinho?”
 - 2) “A estrada do mar, larga e oscilante, _____ sim, o tentava.”
 - 3) “Na traseira do caminhão lia-se _____ frase: Tristeza não paga dívida”.
 - 4) “Cuidado, mergulhador, _____ animais são venenosos: a arraia miúda, o peixe-escorpião, a medusa, o mangangá.”
- a) Esse – essa – esta – estes;
 - b) Este – esta – essa – esses;
 - c) Esse – essa – essa – esses;
 - d) Este – esta – essa – estes.

63. Assinale a opção que completa correta e respectivamente as lacunas do período: "O promotor ficou ___ meditar, ___ tarde, indiferente _____ que acontecia ao seu redor".

- a) à - a - aquilo
- b) a - a - àquilo
- c) a - à - àquilo**
- d) à - à - aquilo

64. Assinale a frase correta quanto ao emprego do onde e aonde:

- a) Você pode me informar onde fica o supermercado?
- b) Não sei aonde moram aqueles meninos.
- c) Onde iremos nas próximas horas?
- d) Aonde você comprou o livro de direito civil?

65. Assinale a alternativa que completa corretamente os espaços no período a seguir:

_____ pessoa, é imposta a obrigação de obedecer _____ regras, mesmo _____ revelia de seus princípios.

- a) A – às – a
- b) À – à – à
- c) À – a – à
- d) A – as – a

66. Assinale a alternativa com o uso correto quanto ao acento diferencial:

- a) O menino nervoso pára de repente.
- b) Preciso pôr as coisas em ordem.
- c) Toda manhã, ela côa o café.
- d) Gosto de pêra madura.

67. Assinale a alternativa correta quanto ao uso dos porquês:

- a) Porque você está chorando?
- b) A mãe não sabe por quê você não gostou do doce.
- c) Ficamos tristes porquê ele partiu.
- d) Não foi ao trabalho porque estava doente.

**68. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego do mas e mais:**

- a) Ela estudou muito para o concurso, mais não está tranquila.
- b) Ele não sabe muito falar inglês, mais consegue se virar nas viagens internacionais.
- c) Você cometeu mas erros hoje do que eu.
- d) As meninas eram felizes e brincavam cada vez mais.

69. Assinale a alternativa correta quanto ao uso do acento diferencial nas formas verbais:

- a) Eles lêem mal.
- b) Eles veem a paisagem.
- c) Eles não vem para o jantar.
- d) Eles tem mau hábito de leitura.

70. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego do senão e se não:

- a) Não sabia outra coisa se não bordar.
- b) Se não vierem todos, escolheremos a mesa menor.
- c) Não houve um se não na festa de formatura.
- d) Senão chover, iremos pescar.